

**CUSTO DA CESTA BÁSICA EM FEIRA DE SANTANA E SUA RELAÇÃO COM O
SALÁRIO MÍNIMO LÍQUIDO ENTRE 2020 E 2024**
***COST OF THE BASIC FOOD BASKET IN FEIRA DE SANTANA AND ITS RELATION
TO THE NET MINIMUM WAGE FROM 2020 TO 2024***

Autor(es): Caroline Stephanie Ribas Ramos Santana

Filiação: Graduanda em Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

E-mail: carolinestephanieribas@gmail.com

Autor(es): Verônica Ferreira dos Santos

Filiação: Profa. Departamento de Ciências Sociais Aplicadas - Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

E-mail: vfssanto@uefs.br

Autor(es): Paulo Nazareno Alves Almeida

Filiação: Prof. Departamento de Ciências Sociais Aplicadas - Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

E-mail: pauloalmeida@uefs.br

Grupo de Trabalho (GT): <<GT7. Desenvolvimento rural, territorial e regional>>

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar a evolução do custo da cesta básica em Feira de Santana entre os anos de 2020 e 2024, sistematizando uma série histórica de dados que permitiu compreender não apenas as dinâmicas de variação nominal dos preços, mas também sua interdependência com o salário mínimo líquido vigente. Para isso, foi adotada uma abordagem centrada na relação entre comprometimento da renda, preços da cesta básica e perda do poder de compra. Diante disso, os resultados apontaram para uma trajetória de redução na quantidade de cestas básicas acessíveis com o salário mínimo, ao mesmo tempo em que o tempo de trabalho necessário para a aquisição da cesta aumentou, evidenciando um quadro persistente de insuficiência de renda mínima frente às necessidades básicas. Além disso, a rigidez dos preços e a baixa flexibilidade dos itens essenciais reforçaram a vulnerabilidade do trabalhador de baixa renda, sobretudo diante da ausência de políticas compensatórias eficazes. A análise demonstrou, por fim, que a conjuntura recente não reverteu o padrão estrutural de comprometimento elevado da renda com alimentação, revelando a urgência de estratégias públicas voltadas à proteção do consumo alimentar essencial.

Palavras-chave: Cesta básica, Feira de Santana, Inflação, Poder de compra, Salário mínimo.

Abstract

This study aims to analyze the evolution of the cost of basic food baskets in Feira de Santana between 2020 and 2024, systematizing a historical data series that allowed us to understand not only the dynamics of nominal price variations, but also their interdependence with the current net minimum wage. To this end, an approach was adopted that focused on the relationship between income commitment, basic food basket prices, and loss of purchasing power. In view of this, the results point to a downward trend in the number of basic food baskets accessible with the minimum wage, while the working time required to purchase them increased, evidencing a persistent situation of insufficient minimum income compared to basic needs. In addition, price rigidity and low flexibility of essential items reinforce the vulnerability of low-income workers, especially in the absence of effective compensatory policies. Finally, the analysis demonstrates that the recent situation has not reversed the structural pattern of high income commitment to food, revealing the urgency of public strategies aimed at protecting essential food consumption.

Key words: basic basket, Feira de Santana, inflation, purchasing power, minimum wage.

1. Introdução

O estudo do custo da cesta básica é essencial para compreender a relação entre o poder de compra da população e o salário mínimo vigente. Regulamentada pelo Decreto-Lei nº 399/1938, a cesta básica é composta por 12 produtos essenciais (arroz, feijão, farinha, carne, óleo, café, leite, açúcar, pão, manteiga, banana e tomate), representando uma ração mínima necessária para garantir a manutenção do sustento e bem-estar de um trabalhador adulto. Além de ser um dos principais componentes utilizados no cálculo da inflação, o custo da cesta básica afeta diretamente o orçamento das famílias brasileiras, especialmente das classes mais baixas. Em 2024, esse conjunto de produtos comprometeu, aproximadamente, entre 42% e 64% do salário mínimo, nas 17 capitais brasileiras, conforme levantamento do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2024).

Diante dessa relevância, o DIEESE realiza mensalmente um estudo sobre a Cesta Básica Nacional em dezessete¹ capitais brasileiras, divulgando os valores dos produtos, suas variações percentuais e o impacto da cesta básica no orçamento do consumidor. Essa análise abrange uma gama de produtos alimentares que garante ao trabalhador as condições essenciais para uma vida digna, apresentando variações regionais entre as diferentes regiões do país, devido às particularidades dos produtos em cada estado brasileiro. Entretanto, apesar dessas análises em nível nacional, o acompanhamento detalhado do custo da cesta básica em municípios específicos se faz necessário para a formulação de políticas públicas mais eficazes e alinhadas às realidades locais.

Nesse sentido, torna-se essencial compreender o comportamento da economia local e, conseqüentemente, os fatores que influenciam o custo da cesta básica através de uma análise sobre os determinantes desse fenômeno e suas conseqüências para a qualidade de vida da população local. Buscando atender essa demanda, desde 2019, uma equipe de professores e estudantes do curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) desenvolve o Programa de Extensão "Conhecendo a Economia Feirense" (Cesta Básica/DCIS/UEFS), que realiza a coleta de preços e o cálculo do valor da cesta básica no município. Além disso, o programa estuda sistematicamente a variação dos preços dos alimentos que compõem a cesta básica, o índice de preços de combustíveis e o mercado de trabalho formal em Feira de Santana, e de acordo com seus levantamentos, entre 2020 e 2024, o comprometimento médio do salário mínimo líquido com a cesta básica foi de 42,27%, restando apenas 57,73% do rendimento mensal (R\$ 649,68) para outras despesas essenciais, como moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte e lazer.

Feira de Santana, localizada a 108 km de Salvador, é a maior cidade do interior da Bahia e a segunda maior do estado, com uma população estimada em 616 mil habitantes (IBGE, 2022). Além de ser um polo econômico e populacional, sua posição geográfica estratégica a torna um dos principais centros comerciais da região, desempenhando um papel fundamental na distribuição de bens e serviços entre o interior do estado e a capital. Ademais, sua economia diversificada, impulsionada pelo comércio, indústria e setor de serviços, reforça sua influência sobre cidades vizinhas e a consolida como um polo econômico regional. Entretanto, apesar do dinamismo econômico, a cidade enfrenta desafios relacionados ao custo de vida, especialmente no que se refere à acessibilidade alimentar, dado que o custo da cesta exerce um impacto direto sobre o poder de compra dos trabalhadores feirenses. Em conformidade com esse cenário, o Decreto-Lei nº 399, de 30 de abril de 1938, regulamentou a Lei nº 185 de 14 de janeiro de 1936, estabelecendo o salário mínimo como sendo "a remuneração devida ao trabalhador adulto, sem

¹ São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Salvador, Curitiba, Florianópolis, Brasília, Fortaleza, Recife, Belém, João Pessoa, Vitória, Natal, Goiânia, Aracaju e Manaus.

distinção de sexo, por dia normal de serviço, capaz de satisfazer, em determinada época e região do país, às suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte".

Análogo a esse decreto, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostraram que, em 2022, o salário médio mensal dos trabalhadores formais de Feira de Santana era de 1,9 salários mínimos, enquanto 38,7% da população vivia com um rendimento nominal mensal per capita de até meio salário mínimo (IBGE, 2022). Assim, torna-se imprescindível monitorar a qualidade de vida e o poder de compra da população, considerando a interligação entre economia, sociedade e políticas públicas, uma vez que, o Decreto-Lei nº 399 estabelece que a estrutura de gastos do trabalhador, na qual a parcela destinada à alimentação não pode ser inferior ao custo da Cesta Básica Nacional (art. 6º, §1º). Por conseguinte, os desafios socioeconômicos da cidade tornam-se ainda mais evidentes quando analisamos sua vulnerabilidade social, dado que, em 2021, o Índice de Pobreza Familiar (IPF) de Feira de Santana registrou uma média de 30,4%, destacando as dimensões "Acesso ao Trabalho" (60,1%), "Acesso ao Conhecimento" (47,1%) e "Vulnerabilidade das Famílias" (30,0%) (Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, 2022).

Embora os percentuais de acesso ao trabalho e ao conhecimento sejam superiores ao IPF, ainda existem barreiras estruturais que limitam as oportunidades de geração de renda e ascensão social, principalmente, quando comparados à fração significativa de famílias que se encontram em situação de fragilidade socioeconômica. Para mais, esse cenário reforça a necessidade de políticas públicas voltadas à ampliação da segurança alimentar, especialmente considerando que, na Bahia, cerca de 1,8 milhão de pessoas vivem em situação de insegurança alimentar grave (Rede PENSSAN, 2022).

Outrossim, a análise da relação entre o custo da cesta básica e o salário mínimo ao longo do tempo possibilita a construção de uma série histórica relevante para compreender sobre a saúde econômica dos habitantes do município, viabilizando a análise de desigualdades socioeconômicas, pois as variações nessa relação podem revelar disparidades regionais ou entre diferentes classes sociais, além de influenciar a demanda por produtos e serviços essenciais, afetando setores como varejo, alimentação e serviços básicos.

Diante desse contexto, este artigo tem como objetivo geral ampliar o estudo da cesta básica do município de Feira de Santana-BA, a fim de avaliar se o salário mínimo vigente é suficiente para atender às necessidades básicas dos cidadãos feirenses, além disso, esse monitoramento busca estabelecer uma base de dados sólida, que possibilite a análise da inflação, avaliando se o salário mínimo está alinhado com as realidades do custo de vida, correspondendo às mudanças econômicas e sociais em comparação aos períodos de crise econômica, recessões ou momentos de crescimento, correlacionando-os com as variações na relação analisada.

Ademais, para a realização deste estudo, foram coletados dados mensais do Programa de Extensão “Conhecendo a Economia Feirense: Custo da Cesta Básica e Indicadores Socioeconômicos” vinculado à Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), além de informações do DIEESE e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A metodologia empregada envolveu a sistematização de dados secundários e a aplicação de estatísticas descritivas do custo da cesta básica e do salário mínimo líquido vigente no período de 2020 a 2024, com foco nas variações mensais e anuais observadas. Tal abordagem permitiu calcular indicadores como o poder de compra, o tempo médio de trabalho necessário para aquisição da cesta e o grau de comprometimento da renda com a alimentação básica.

Para tanto, este trabalho está estruturado em três seções incluindo esta introdução. Apresenta-se na próxima seção a análise dos dados e a discussão dos resultados e, em seguida, tem-se as considerações finais do trabalho.

2. Resultados e discussão

Apresentam-se nesta seção os principais resultados alcançados a partir dos dados do Programa de Extensão “Conhecendo a Economia Feirense: Custo da Cesta Básica e Indicadores Socioeconômicos” vinculado à Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

2.1. Variação da cesta básica em Feira de Santana (2020–2024)

A relação entre o custo da cesta básica e o salário mínimo se configura como um indicador fundamental para avaliar a vulnerabilidade econômica da população e as dificuldades enfrentadas pelos feirenses para custear despesas essenciais, como alimentação, moradia e transporte, pois com uma grande parcela dos trabalhadores recebendo um salário mínimo ou menos, o aumento dos preços dos alimentos compromete diretamente a capacidade de consumo e agrava a insegurança alimentar, principalmente em um contexto no qual a renda não acompanha tal crescimento.

Na Tabela 1 são apresentados os valores médios da cesta básica em Feira de Santana, o valor médio do salário mínimo líquido, valor destinado às outras despesas e o percentual do salário mínimo destinado a compra da cesta básica, no período de 2020 a 2024.

Tabela 1 - Valor médio anual da cesta básica em Feira de Santana (2020 - 2024) e sua relação com o salário mínimo líquido do período

Ano de Referência	Valor* Médio da Cesta Básica	Valor* Médio do Salário Mínimo Líquido	Valor* destinado às Outras Despesas	% do Salário Mínimo destinado à Cesta Básica
2020	378,86	966	587	39
2021	428,86	1.018	589	42
2022	506,32	1.121	615	45
2023	529,35	1.215	686	44
2024	535,01	1.306	771	41
Média	475,68	1.125,18	650	42

Fonte: Programa de Extensão “Conhecendo a Economia Feirense: Custo da Cesta Básica e Indicadores Socioeconômicos”, 2024.

* Valores nominais em reais (R\$)

O comportamento do custo da cesta básica em Feira de Santana entre os anos de 2020 e 2024 revelou um padrão de oscilação que dialogou de forma íntima com o cenário econômico nacional, seja pelos choques de oferta e demanda, pelas alterações nas políticas públicas ou pelos eventos extraordinários que marcaram esse período. De 2020 a 2024, a evolução dos preços da representação da ração mínima necessária para garantir a manutenção do sustento e bem-estar de um trabalhador adulto foi profundamente afetada por fatores como a pandemia da COVID-19, a inflação de alimentos, os ciclos de seca no Nordeste/Centro-Sul, as variações cambiais e os impactos dos conflitos internacionais nos preços de commodities.

Outra observação importante a se considerar é que a média do percentual do salário mínimo destinado a compra da cesta básica, durante o período analisado se manteve próximo a 42%, não apresentando melhorias nas condições de vida da população durante todo período.

Após a apresentação dos primeiros dados da cesta básica do município de Feira de Santana, a análise passa a ser feita a partir do ano de 2020, com dados do Índice Geral de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), variações e impactos por grupo (Tabela 2).

Tabela 2 - Variações e impactos dos grupos do IPCA em 2019 e 2020

Grupo	Variação (%)		Impacto (p.p.)	
	2019	2020	2019	2020
Índice Geral	4,31	4,52	4,31	4,52
Alimentação e Bebidas	6,37	14,09	1,57	2,73
Habitação	3,9	5,25	0,62	0,82
Artigos de Residência	-0,36	6	-0,01	0,23
Vestuário	0,74	-1,13	0,04	-0,05
Transportes	3,57	1,03	0,66	0,21
Saúde e Cuidados Pessoais	5,41	1,5	0,65	0,2
Despesas Pessoais	4,67	1,03	0,51	0,11
Educação	4,75	1,13	0,23	0,07
Comunicação	1,07	3,42	0,04	0,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, 2020.

O ano de 2020 foi marcado pelo início da pandemia da COVID-19, foi o ponto de partida de uma instabilidade generalizada nos preços dos alimentos. Em Feira de Santana, o valor médio mensal da cesta básica foi de (R\$ 378,16), um patamar já elevado se considerado o salário mínimo líquido médio vigente no mesmo ano (R\$ 965,75), onde a insegurança provocada pela crise sanitária desorganizou as cadeias produtivas, interrompeu fluxos de transporte e afetou diretamente a produção de alimentos, o que gerou, por sua vez, a escassez e aumentos expressivos em itens básicos como arroz, feijão, óleo de soja e carne bovina. Em decorrência de tal situação, a inflação alimentar registrada no Brasil em 2020 apresentou a maior variação (14,09%) e o maior impacto (2,73 p.p.) sobre o IPCA acumulado do ano (4,52%), que por sua vez, representou a maior taxa acumulada no ano desde dezembro de 2016 (6,29%) (IBGE, 2021).

Tabela 3 - Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos Custo e variação da cesta básica em 17 capitais Brasil – dezembro de 2021

Capital	Variação Anual (%)	Variação Mensal (%)	Valor da Cesta (R\$)	% do Salário Mínimo Líquido	Tempo de Trabalho
Curitiba	16,3	-1,64	628,46	61,77	125h41m
Natal	15,42	1,62	529,54	52,04	105h55m
Recife	13,42	1,46	532,37	52,32	106h28m
Florianópolis	12,02	-2,95	689,56	67,77	137h55m
Campo Grande	11,26	-0,59	641,37	63,03	128h16m
Belém	11,18	1,13	556,87	54,73	111h22m
Porto Alegre	10,92	-0,35	682,9	67,12	136h35m
Vitória	10,28	-0,92	662,01	65,06	132h24m
São Paulo	9,35	-0,25	690,51	67,86	138h06m
Fortaleza	8,24	-0,22	579,06	56,91	115h49m
Salvador	8,17	2,43	518,21	50,93	103h38m
João Pessoa	7,5	0,38	510,82	50,2	102h10m
Rio de Janeiro	7,27	0,1	666,26	65,48	133h15m
Belo Horizonte	6,44	1,71	605,16	59,48	121h02m
Goiânia	5,93	-0,4	597,24	58,7	119h27m
Aracaju	5,49	1,01	478,05	46,98	95h37m
Brasília	5,03	-1,64	621,56	61,09	124h19m

Fonte: DIEESE, 2022.

Em 2021, embora tenha havido uma desaceleração no ritmo de contágio da pandemia e o início da vacinação em massa, a recuperação econômica não acompanhou tal progresso. Em Feira de Santana, o custo médio da cesta básica subiu para (R\$ 428,86), refletindo um aumento de (13,2%) em relação ao ano anterior, em linha com o comportamento dos preços nacionais. Tal descompasso ocorreu devido a elevação dos preços dos combustíveis, ao aumento da cotação do dólar e à continuidade das pressões sobre a cadeia de suprimentos, que mantiveram o custo da alimentação em alta.

A exemplo disso, o preço dos itens da cesta - em especial o açúcar, o óleo e o arroz - seguiram voláteis, com variações percentuais entre os anos de 2020 e 2021, respectivamente 31%, 48% e 26% devido à alta demanda internacional que induziu o aumento das exportações; às secas e geadas no Centro-Sul, onde a estiagem comprometeu colheitas e limitou a oferta; e à concorrência do açúcar com o etanol, já que, no período, as usinas priorizaram a produção do etanol devido à alta no preço dos combustíveis, o que levou à manutenção dos preços em níveis elevados (CNN Brasil, 2021).

No ano de 2022, o valor médio da cesta básica em Feira de Santana chegou ao patamar de (R\$ 506,32), representando um crescimento de (18,1%) em comparação a 2021, demonstrando a persistência de uma inflação alimentar estrutural, impulsionada pelo cenário de instabilidade política, quebra de safra e repasses dos custos logísticos. Sendo um dos principais fatores, a guerra na Ucrânia, iniciada em fevereiro de 2022 que provocou um choque nos preços dos fertilizantes, grãos e petróleo, refletindo rapidamente na agricultura brasileira. Com menor poder de compra e inflação acumulada, as famílias de Feira de Santana passaram a ter maior comprometimento de sua renda com alimentação, situação essa, agravada pelo fato de o salário mínimo líquido continuar crescendo em ritmo inferior ao da cesta básica (AGÊNCIA BRASIL, 2022).

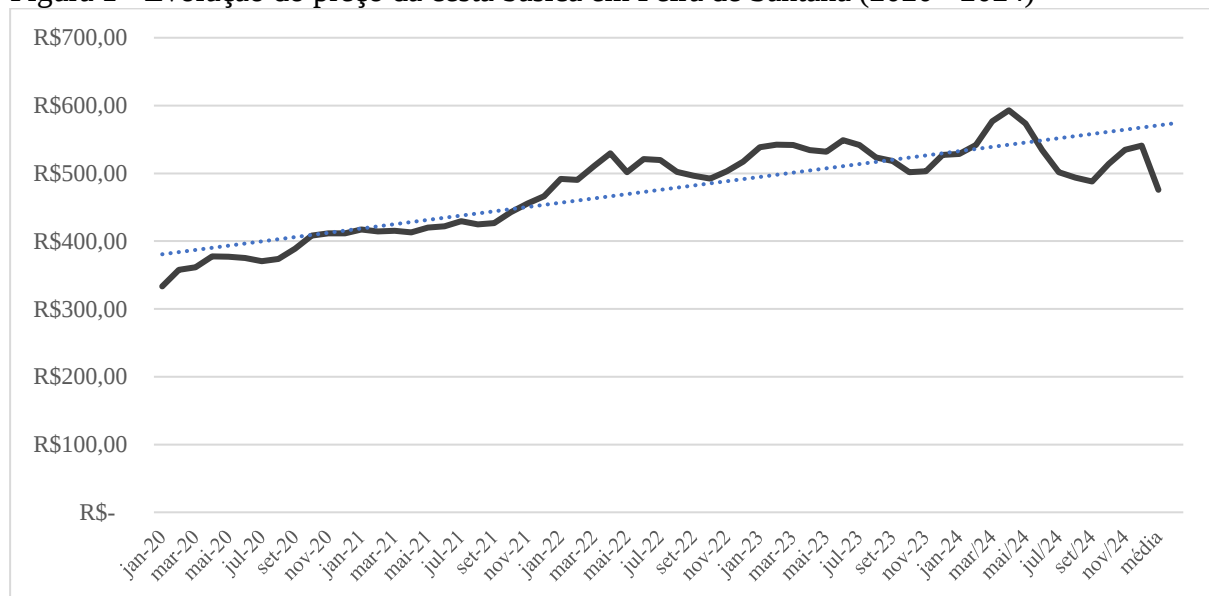
Em 2023, observa-se uma ligeira desaceleração no ritmo de crescimento da cesta, com o custo médio anual ficando em (R\$ 529,35), uma alta de (4,5%) em relação a 2022, no entanto, essa desaceleração percentual não significou alívio efetivo para as famílias de baixa renda, isso porque, apesar de o ritmo de aumento ter sido menor do que nos anos anteriores, o patamar de preços permaneceu elevado, mantendo um nível do custo da cesta básica que não foi acompanhado por uma recuperação proporcional do poder de compra. Pois o salário mínimo líquido, mesmo com os reajustes, continuou insuficiente para recompor a capacidade de consumo do período pré-pandemia, pois em termos reais, o número de cestas básicas que poderiam ser adquiridas com o salário mínimo líquido manteve-se abaixo de 2,5 ao longo do ano, o que evidenciou o aprofundamento da dificuldade no acesso a bens essenciais e o desequilíbrio entre renda e consumo.

Já em 2024, mesmo com uma expectativa inicial de recuo nos preços, o custo médio da cesta básica em Feira de Santana alcançou o seu maior valor no período - R\$ 592,95 em abril/2024, um crescimento expressivo de 11,03% em relação ao mesmo mês do ano anterior (R\$ 534,06), entre os fatores que explicaram essa alta estavam a continuidade das secas, que afetaram fortemente a produção de leite, banana, arroz e café (Figura 1).

Um estudo publicado na revista Nature em março de 2024 revelou que o aumento das temperaturas pode elevar a inflação dos alimentos em até 3% ao ano até 2035, fenômeno denominado "heatflation" pela publicação americana Grist, além da valorização de produtos como o café e o arroz no mercado internacional (Amazonas Atual, 2024). Essa trajetória de cinco anos, marcada por um aumento acumulado de aproximadamente (62,29%), mostrou que o custo da alimentação básica em Feira de Santana acompanhou a trajetória nacional de alta, mas foi agravado por fatores locais, como a vulnerabilidade climática típica do semiárido, a dependência de produtos transportados de outras regiões e o impacto do frete. Soma-se a isso a

estagnação da renda real e a informalidade persistente no mercado de trabalho local, o que intensificou o peso da cesta básica sobre o orçamento das famílias mais vulneráveis na cidade.

Figura 1 - Evolução do preço da cesta básica em Feira de Santana (2020 - 2024)

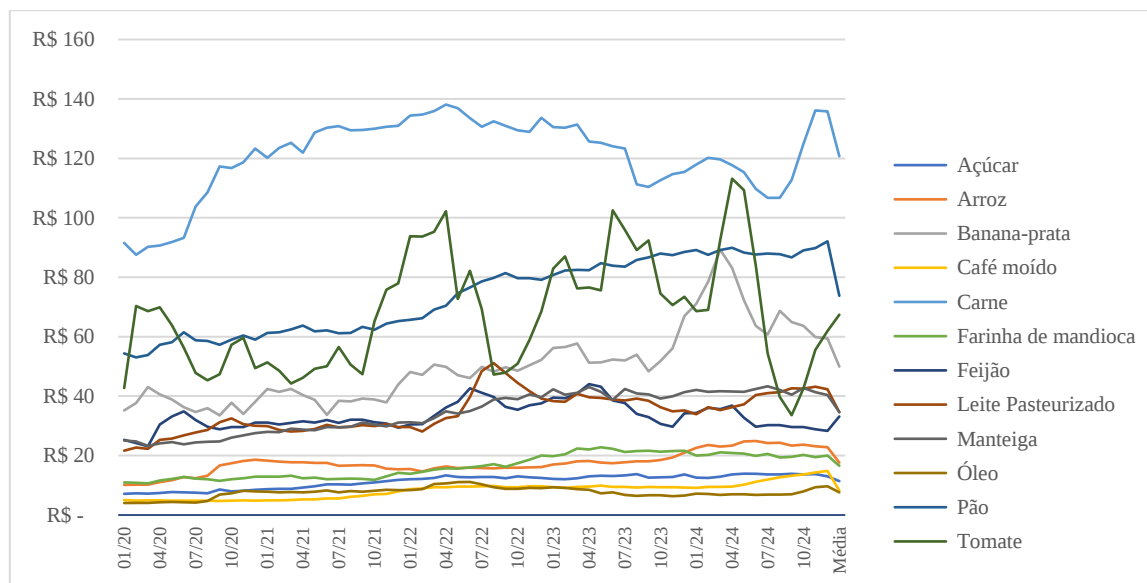


Fonte: Programa de Extensão “Conhecendo a Economia Feirense: Custo da Cesta Básica e Indicadores Socioeconômicos”, 2024.

2.2. Variações internas na cesta básica: análise item a item (2020–2024)

Diante das variações registradas ao longo dos anos observados, uma análise segmentada dos itens que compõem a cesta básica permite compreender os principais vetores de pressão sobre os preços, evidenciando quais produtos exerceram maior influência no custo total e os fatores específicos que impulsionaram essas oscilações (Figura 2).

Figura 2. Evolução dos preços dos itens da cesta básica em Feira de Santana de 2020 a 2024



Fonte: Programa de Extensão “Conhecendo a Economia Feirense: Custo da Cesta Básica e Indicadores Socioeconômicos”, 2024.

A carne representa um dos produtos de maior peso dentro da cesta básica. Em 2020, no auge das incertezas provocadas pela pandemia, o fechamento de frigoríficos e o aumento do dólar, que incentivou a exportação de carne, contribuíram para um salto nos preços internos, pois a valorização externa, especialmente pela demanda da China, pressionou os preços no Brasil. Com isso, o preço médio da carne se manteve elevado em 2021, mesmo diante do embargo temporário da China à carne brasileira no segundo semestre do ano, o que em teoria deveria ter gerado queda de preços no mercado interno (GLOBO RURAL, 2022), no entanto, a redução da oferta devido à estiagem e ao aumento do custo de produção (ração, energia e combustíveis) impediu essa correção. Já em 2022 e 2023, os preços continuaram altos, embora com menor volatilidade, mas foi em 2024 que se observou um novo pico, impulsionado pela alta do milho e da soja, que compõem a ração animal, além da diminuição do rebanho abatido após anos de pressão sobre os custos.

O leite pasteurizado também apresentou variações relevantes, com destaque para o ano de 2022, quando o produto registrou aumentos mensais consecutivos entre junho e outubro. Tal elevação pode ser correlacionada com a escassez de chuvas no semiárido baiano, que prejudicou a pastagem e reduziu a produção local. Corroborando essa perspectiva, segundo o Banco do Nordeste (2022), a produção leiteira do Nordeste enfrentou um déficit de US\$ 36,0 milhões naquele ano, refletindo em Feira de Santana, pois como o município não é produtor expressivo de leite, o preço é mais sensível às oscilações de mercado e do frete. Em 2024, novamente observou-se alta no preço do leite a partir de maio, coincidindo com o agravamento da seca, conforme relatado em boletins da ANA (2024), reafirmando a vulnerabilidade do município às condições climáticas regionais.

O feijão, por sua vez, apresentou um comportamento mais estável, exceto pelo aumento expressivo de abril/2022 até outubro/2023, onde o produto alcançou valores elevados devido à quebra de safra no Sul e Sudeste, principais regiões produtoras, impactadas por geadas e chuvas irregulares. Em contrapartida, a partir do último trimestre de 2023, ele voltou a apresentar quedas acentuadas de preço, ocorridas pela colheita de segunda e terceira safras, influenciadas também pela entrada da safra nordestina e pela retração natural da demanda do item no fim de ano (AGROMAIS, 2024). O arroz, apesar de um leve aumento de 2020 a 2021, só começou a apresentar um crescimento contínuo a partir de 2023, com uma alta em 2024, em razão de inundações no Rio Grande do Sul, estado que responde por cerca de 70% da produção nacional de arroz (CNN Brasil, 2024). O café apresentou um aumento expressivo e constante, essencialmente a partir de 2022, reflexo direto da valorização da commodity no mercado internacional, onde, a seca e as geadas de 2021 prejudicaram severamente a safra de 2022 no Brasil, que somado às interrupções na oferta por causa das condições climáticas no Vietnã, reduziu a oferta global e provocou uma escalada nos preços (FAO apud InfoMoney, 2025), em Feira de Santana, assim como no país, os preços seguiram em alta, agravados pelo ciclo de entressafra prolongada e pela elevação da demanda internacional.

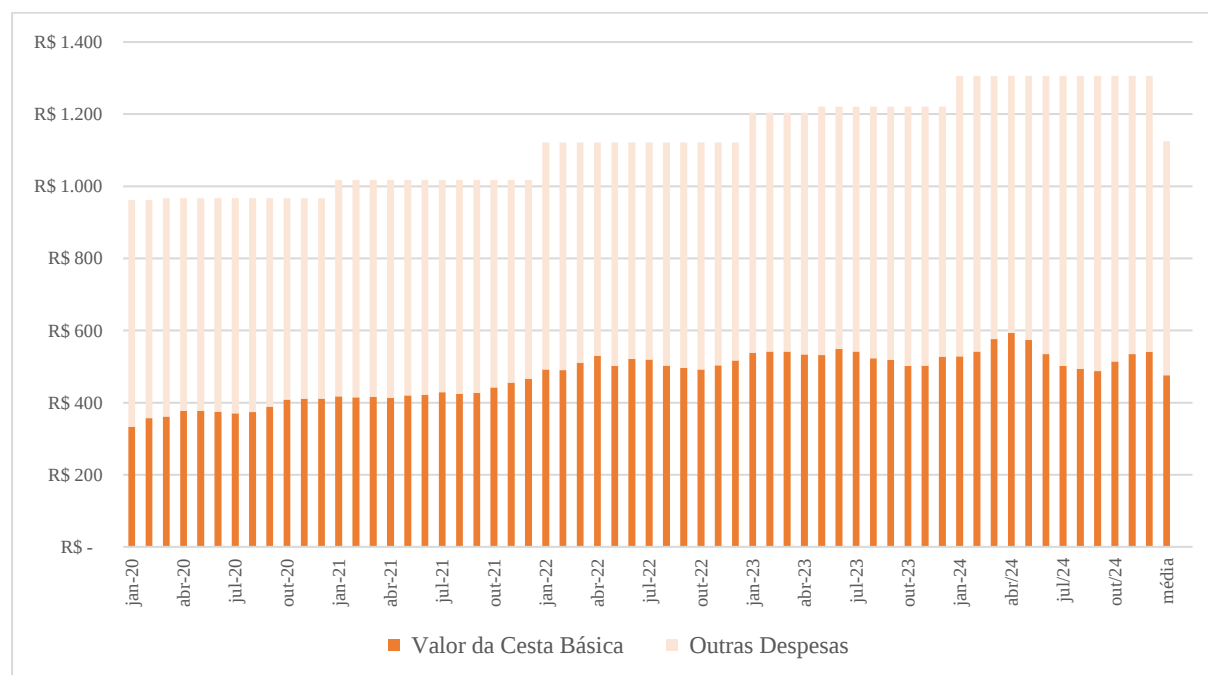
O açúcar e o óleo de soja também passaram por fortes oscilações, onde o açúcar teve alta significativa a partir de 2021, em parte pelo redirecionamento da produção para o etanol diante da alta no preço do petróleo, e o óleo de soja, por sua vez, registrou os maiores picos de preço entre o final de 2020 e meados de 2023, com aumentos superiores a 170% em determinados meses, movimento este, que foi impulsionado principalmente pela alta demanda internacional para a produção de biodiesel, pela redução da oferta de outros óleos vegetais, como o óleo de palma, cuja produção foi afetada por condições climáticas adversas no Sudeste Asiático, e o óleo de girassol, cuja oferta global foi comprometida pela guerra entre Rússia e Ucrânia, responsáveis por cerca de 70% da produção mundial (IPEA, 2023). Além disso, a seca que atingiu o Brasil comprometeu a safra nacional de soja, reduzindo ainda mais a disponibilidade do produto e pressionando os preços para cima.

As demais categorias, como pão, farinha de mandioca, tomate, banana-prata e manteiga, seguiram trajetórias variadas, mas com tendência geral de aumento ao longo dos anos. O pão e a farinha, por exemplo, foram diretamente impactados pela volatilidade do preço do trigo no mercado internacional e pela taxa de câmbio. Já os hortifrutis apresentaram forte sazonalidade, com oscilações mês a mês determinadas por colheitas, clima e oferta regional, a exemplo do tomate, notoriamente volátil, onde chegou a ter variação de mais de 30% em um único mês, de maio para junho de 2023, devido ao calor fora de época que impactou negativamente as estações mais frias, prejudicando o plantio (SRP, 2023). Em síntese, as variações internas da cesta básica revelaram um cenário de forte instabilidade no acesso à alimentação essencial, onde a análise mês a mês mostra que não houve um único fator determinante, mas sim uma confluência de elementos locais, nacionais e internacionais que se refletiram nos preços de forma contínua e persistente.

2.3. Relação entre a cesta básica e o salário mínimo líquido: comprometimento da renda e do poder de compra (2020–2024)

A análise da evolução do custo da cesta básica em relação ao salário mínimo líquido entre 2020 e 2024 revelou que ao longo do período analisado, a elevação do custo da alimentação básica não foi acompanhada, em igual proporção, pelo reajuste do salário líquido, o que resultou em perdas reais no poder de compra e no agravamento das restrições orçamentárias da população de baixa renda.

Figura 3. Distribuição da cesta básica no salário mínimo líquido de 2020 a 2024

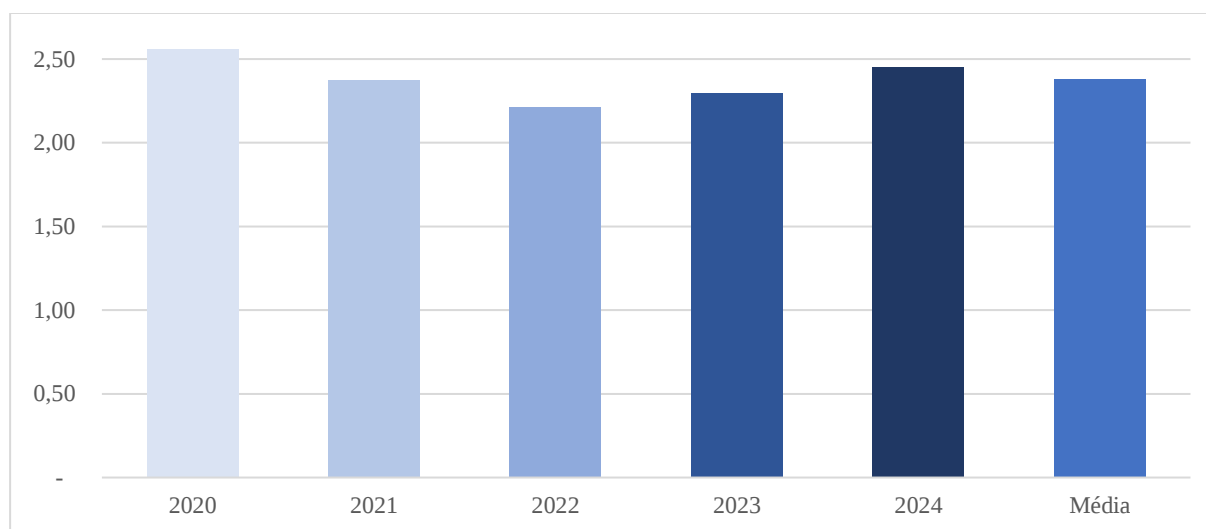


Fonte: Programa de Extensão “Conhecendo a Economia Feirense: Custo da Cesta Básica e Indicadores Socioeconômicos”, 2024.

Em 2020, o trabalhador feirense conseguia adquirir, em média, 2,56 cestas básicas com um salário mínimo líquido de (R\$ 965,00). Já em 2021, mesmo com o reajuste para R\$ (1.017,50), o aumento mais expressivo da cesta (de R\$ 378,86 para R\$ 428,86) levou à redução dessa média para 2,38 cestas, o que revelou uma perda efetiva do poder de compra. Essa

tendência se acentuou em 2022, quando a alta da inflação alimentar, intensificada pelos efeitos prolongados da pandemia, pelos choques nos preços dos combustíveis e pela instabilidade climática, elevou o valor médio da cesta para (R\$ 506,32), e mesmo com o salário líquido ajustado para (R\$ 1.121,10), o trabalhador pôde adquirir apenas 2,22 cestas, o menor patamar de todo o período.

Figura 4 - Percentual de comprometimento do salário mínimo líquido com a cesta básica de 2020 a 2024



Fonte: Programa de Extensão “Conhecendo a Economia Feirense: Custo da Cesta Básica e Indicadores Socioeconômicos”, 2024.

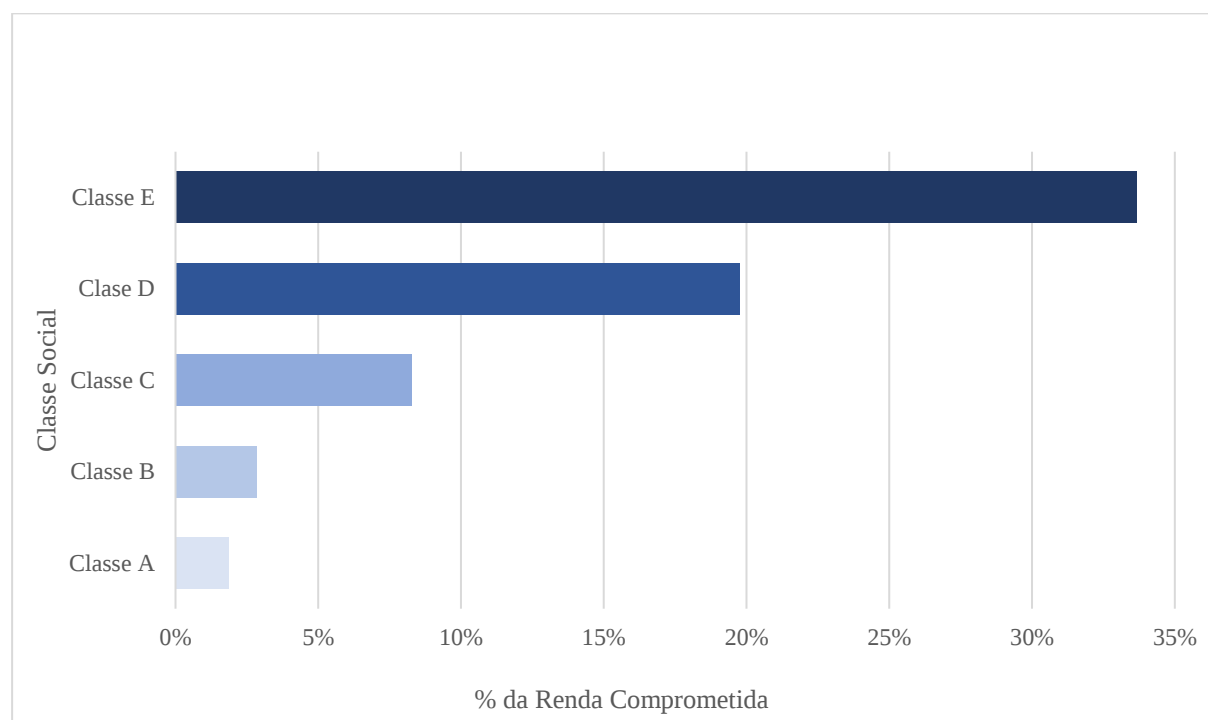
A partir de 2023, observou-se uma relativa inflexão nessa curva descendente, onde o salário líquido passou para R\$ 1.215,45 e a cesta teve aumento mais moderado, atingindo R\$ 529,35, com isso, o número de cestas adquiríveis subiu ligeiramente para 2,30. Em 2024, essa recuperação parcial se manteve, mesmo que a cesta tenha atingido o maior valor do quinquênio (R\$ 535,01), o salário mínimo líquido aumentou para R\$ 1.306,10, permitindo a compra de 2,45 cestas. No entanto, o ganho acumulado ainda foi insuficiente para restaurar as condições de 2020, onde a diferença de 0,11 cestas representou uma perda real de 4,3% no poder de compra das famílias feirenses em relação ao primeiro ano da série, o que equivale a uma redução aproximada de 22,5 cestas ao longo de um ano, quase dois meses de alimentação básica a menos por trabalhador.

Essa dinâmica de perda acumulada e recuperação tímida também se manifestou no comprometimento percentual da renda. Em 2020, 39,2% do salário mínimo líquido foram destinados à compra da cesta básica; em 2021, essa proporção subiu para 42,1%, e em 2022 atingiu o pico de 45,2%. A partir daí, observou-se uma discreta reversão, com 43,6% em 2023 e 41% em 2024. Ainda que esses dados revelem certo alívio, eles demonstram que o esforço financeiro necessário para garantir a alimentação mínima permaneceu estruturalmente elevado ao longo de todo o período, restringindo severamente a margem disponível para outras despesas essenciais, como habitação, transporte e saúde.

Outro indicador relevante é o tempo médio de trabalho diário necessário para aquisição de uma única cesta básica. Em 2020, foram necessárias 1,75 horas decimais de jornada de trabalho, esse tempo aumentou para 2,18 horas em 2021, alcançando o pico de 2,48 horas em 2022. Nos anos seguintes, houve leve redução: 2,33 horas em 2023 e 2,26 horas em 2024, ainda assim, o trabalhador permaneceu despendendo mais tempo de sua jornada laboral apenas para

garantir a alimentação do que em 2020. A análise desse indicador reforçou a constatação de que, apesar dos reajustes salariais mais robustos nos dois últimos anos, a recomposição da renda foi apenas parcial e insuficiente para neutralizar os impactos acumulados da crise inflacionária.

Figura 5 - Comprometimento médio da renda com a cesta básica por classe social em Feira de Santana de 2020 a 2024



Fonte: Programa de Extensão “Conhecendo a Economia Feirense: Custo da Cesta Básica e Indicadores Socioeconômicos”, 2024.

Do mesmo modo, a desigualdade na capacidade de acesso à alimentação básica se tornou ainda mais evidente quando se observou o comprometimento médio da renda por classe social, onde, os percentuais variaram de forma expressiva: para a classe E, o comprometimento médio da renda com a cesta básica atingiu 33,7%; para a classe D, 19,8%; para a classe C, 8,3%; enquanto para as classes B e A, esse valor se reduz drasticamente, alcançando respectivamente 2,9% e 1,9%. Esses números revelam uma estrutura de consumo profundamente desigual, na qual a alimentação básica representa um ônus extremamente custoso para os mais pobres e quase imperceptível para os mais ricos, esse quadro se agrava ainda mais diante do fato de que, segundo Pomponet (2022), dados da Secretaria Nacional do Cadastro Único apontam que 32,09% da população de Feira de Santana, o equivalente a 206.649 pessoas, viviam em situação de extrema pobreza. Portanto, a conjuntura local evidencia não apenas a insuficiência do salário mínimo líquido frente à elevação do custo da cesta, mas a permanência de um sistema alimentar estruturalmente excludente, em que a sobrevivência alimentar é um desafio cotidiano para uma parcela expressiva da população.

Portanto, a relação entre o custo da cesta básica e o salário mínimo líquido em Feira de Santana, entre 2020 e 2024, revelou uma realidade de comprometimento persistente da renda com a alimentação, intensificada pela inflação e apenas parcialmente mitigada por reajustes salariais, dado que, a elasticidade do poder de compra, limitada diante da rigidez dos preços dos alimentos essenciais, expõe a fragilidade das camadas sociais mais vulneráveis frente aos choques econômicos, evidenciando uma estrutura de consumo profundamente marcada pela

desigualdade e pela insuficiência dos mecanismos de proteção ao poder aquisitivo do trabalhador.

3. Considerações Finais

A análise empreendida ao longo deste trabalho permitiu compreender as transformações ocorridas no custo da cesta básica em Feira de Santana entre os anos de 2020 e 2024, estabelecendo conexões entre os movimentos de preços, o comportamento do salário mínimo líquido e os impactos reais sobre o poder de compra da população na cidade. Em outras palavras, ao longo desse período, marcado por profundas instabilidades econômicas e sociais, a pesquisa evidenciou um contínuo tensionamento entre o custo alimentar básico por pessoa e a remuneração mínima legal, o que não apenas compromete a segurança alimentar dos indivíduos de baixa renda, mas também expõe fragilidades estruturais da política de valorização do salário mínimo e da proteção do consumo essencial no país.

Convém destacar que, os dados empíricos organizados em série histórica revelaram, a progressiva corrosão do poder de compra com leve reajuste ao final, visto que, a quantidade de cestas básicas adquiríveis com o salário mínimo líquido, que já se mostrava limitada em 2020, declinou em 2021 e 2022, num contexto agravado pelos efeitos econômicos da pandemia da COVID-19, com posterior oscilação moderada nos anos seguintes. Ainda que o número de cestas tenha se recuperado parcialmente em 2024, o resultado final indica que o ganho real da população de menor renda não acompanhou de forma proporcional a dinâmica inflacionária dos alimentos essenciais, trazendo a constatação de que, ao longo de praticamente todo o período analisado, a renda líquida do trabalhador foi insuficiente para adquirir sequer três cestas básicas mensais, o que reforça o diagnóstico de que a alimentação permanece como um item de consumo rigidamente pressionado, insensível às variações salariais e estruturalmente oneroso para quem depende unicamente da remuneração mínima.

Analogamente, esse descompasso se tornou ainda mais crítico quando se incorporou à análise a variável tempo de trabalho necessário para aquisição de uma única cesta, pois o aumento dessa carga horária, especialmente em 2021 e 2022, refletiu não apenas o encarecimento relativo da alimentação, mas também a sobrecarga imposta ao trabalhador, que precisa despendar esforço adicional para garantir o mesmo nível básico de subsistência. A cesta básica, nesse sentido, deixou de representar um patamar mínimo de consumo garantido e passou a funcionar como um marcador de restrições alimentares enfrentadas por uma parcela significativa da população feirense, na qual, essa realidade não se expressou apenas em números, mas em escolhas diárias entre alimentação, transporte, moradia e outras necessidades igualmente essenciais, revelando a precariedade das condições de convívio social num contexto de renda baixa e preços inflexíveis.

Adicionalmente, ao destrinchar os elementos internos da cesta, a análise dos itens também revelou padrões significativos, dado que, produtos como óleo, leite, feijão e carne se destacaram tanto pelo peso orçamentário quanto pela frequência e intensidade de reajustes, o que demonstrou que a elevação do custo da cesta não se deu de forma homogênea, mas concentrou-se em alimentos cuja elasticidade de preço é baixa e cuja substituição não é simples. A partir dessa compreensão, pode-se considerar que tais itens, por comporem a base nutricional da dieta estabelecida, afetaram diretamente a qualidade da alimentação da população da cidade de Feira de Santana devido à sua volatilidade, impondo adaptações que tendem a comprometer o valor nutritivo e a regularidade do consumo, dito isso, a sazonalidade também contribuiu para essa instabilidade, mas sua influência não explica plenamente os aumentos registrados, que têm causas estruturais mais densas, como a dependência de cadeias produtivas centralizadas, a

volatilidade do setor agroalimentar e a ausência de políticas públicas de regulação de preços ou estoques.

Neste sentido, a rigidez da cesta diante da renda reforçou a natureza inelástica do consumo alimentar, sobretudo quando se trata de populações de baixa renda, uma vez que a impossibilidade de substituir itens ou reduzir quantidades sem prejuízo à nutrição é um fator que limita a capacidade de ajuste dos orçamentos familiares, especialmente nos momentos de crise. A partir dessa consideração, a trajetória dos preços da cesta básica em Feira de Santana espelhou, em menor escala, os desafios enfrentados nacionalmente, sendo eles, a dificuldade em garantir acesso regular e suficiente aos alimentos essenciais, a fragilidade das redes de proteção ao consumo, a desarticulação entre o salário e o custo de vida e a incapacidade do mercado de autorregular-se em favor do bem-estar coletivo.

Soma-se a isso o fato de que a cesta básica, enquanto indicador econômico e social, não refletiu as múltiplas dimensões do consumo atual, nem englobou a diversidade regional ou as necessidades nutricionais contemporâneas, pois sua composição padronizada e sua metodologia de cálculo, embora úteis para comparações temporais e espaciais, não capturaram plenamente as mudanças nos hábitos alimentares nem as novas exigências impostas por contextos de urbanização acelerada e desigualdade persistente. Ainda assim, ela permaneceu como um termômetro eficaz da pressão exercida sobre o orçamento familiar e, nesse sentido, sua análise continuou a ser um instrumento fundamental para a avaliação da eficácia das políticas de renda e de segurança alimentar.

Portanto, ao concluir este estudo, evidencia-se que a questão do acesso à alimentação básica em Feira de Santana e, por extensão, em múltiplos municípios brasileiros com perfis socioeconômicos similares permanece atravessada por fatores estruturais que não podem ser enfrentados apenas com reajustes salariais pontuais ou com medidas compensatórias isoladas. A solução requer uma articulação ampla entre políticas de valorização do salário mínimo, controle da inflação de alimentos, fomento à produção e distribuição local, e, sobretudo, implementação de estratégias permanentes de regulação do mercado de alimentos essenciais, pois a ausência de tais medidas compromete não apenas o consumo, mas a própria dignidade da população que depende de uma renda mínima para sobreviver.

Conclui-se, assim, que a análise do custo da cesta básica, quando integrada ao comportamento do salário mínimo líquido, permite desnudar as contradições entre crescimento econômico, redistribuição de renda e garantia de direitos fundamentais, dado que a cesta básica, nesse contexto, funciona como um eixo de análise para a observação dos limites da política econômica em assegurar um dos fundamentos mais elementares da vida, o direito básico à alimentação. Dito isso, a leitura conjunta dos indicadores evidencia que, embora existam oscilações e pequenos avanços ao longo do período analisado, a tendência predominante é de insuficiência estrutural, cuja superação exige uma mudança de paradigma na forma como o Estado e a sociedade encaram a alimentação básica: não como mercadoria, mas como direito social inalienável.

Referências Bibliográficas

AGÊNCIA BRASIL. **Guerra na Ucrânia afeta preços de commodities agrícolas, segundo IPEA**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-04/guerra-na-ucrania-afeta-precos-de-commodities-agricolas-segundo-ipea>. Acesso em: 15 mar. 2025.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS IBGE. **Em dezembro, IPCA sobe 1,35% e fecha 2020 em 4,52%**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia->

de-noticias/releases/29870-em-dezembro-ipca-sobe-1-35-e-fecha-2020-em-4-52. Acesso em: 14 mar. 2025.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS IBGE. **PDF - Inflação.** Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/b9d5f23f9513ee0cea012989a6bab7c9.pdf. Acesso em: 12 mar. 2025.

AGROMAIS. **Preços do feijão caem com excesso de oferta e demanda retraída, aponta Cepea.** 16 dez. 2024. Disponível em: <https://agromais.uol.com.br/2024/12/16/precos-do-feijao-caem-com-excesso-de-oferta-e-demanda-retraida-aponta-cepea/>. Acesso em: 10 mar. 2025.

AMAZONAS ATUAL. **Saiba como chuvas e seca tornaram mais caros os alimentos em 2024.** Disponível em: <https://amazonasatual.com.br/saiba-como-chuvas-e-seca-tornaram-mais-caros-os-alimentos-em-2024/>. Acesso em: 11 mar. 2025.

BARRETO, Elis. **Cesta básica consome, em média, 55% do salário mínimo no Brasil.** Revista Estudos Avançados da USP, São Paulo, v. 9, n. 24, p. 159-172, maio/ago. 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v9n24/v9n24a07.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2025.

BLOG AEGRO. **Previsão para o preço do feijão.** Disponível em: <https://blog.aegro.com.br/previsao-para-o-preco-do-feijao/>. Acesso em: 12 mar. 2025.

BLOG DA FEIRA. **Cerca de um terço dos feirenses enfrentam extrema pobreza.** 13 jun. 2022. Disponível em: <https://blogdafeira.com.br/home/2022/06/13/cerca-de-um-terco-dos-feirenses-enfrentam-extrema-pobreza>. Acesso em: 15 mar. 2025.

BOSCOLO, R. **Uma análise comparativa do custo da cesta básica.** Monografia — Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal da Grande Dourados: [s.n.], 2024.

BRASIL. **Constituição (1988). Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019.** Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/523433/publicacao/15708212#:~:text=DO%20SAL%C3%81RIO%20M%C3%8DNIMO,Art.,M%C3%ADnimo%2C%20institu%C3%ADdas%20pela%20lei%20n.> Acesso em: 16 mar. 2025.

CEPEA. **Café: indicador do robusta supera o do arábica pela 2ª vez na história.** Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/releases/cafe-cepea-indicador-do-robusta-supera-o-do-arabica-pela-2-vez-na-historia.aspx>. Acesso em: 10 mar. 2025.

CNN BRASIL. **Etanol e açúcar lideram ranking da inflação em 2021.** Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/etanol-e-acucar-lideram-ranking-da-inflacao-em-2021/>. Acesso em: 13 mar. 2025.

CNN BRASIL. **Preço do arroz ao produtor já chegou a 4 com chuvas no RS e deve atingir consumidor, dizem especialistas.** Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/preco-do-arroz-ao-produtor-ja->

chegou-a-4-com-chuvas-no-rs-e-deve-atingir-consumidor-dizem-especialistas/. Acesso em: 13 mar. 2025.

CONAB. **Último levantamento da safra 2023/2024 estima produção de grãos em 298,41 milhões de toneladas.** Disponível em: <https://www.conab.gov.br/ultimas-noticias/5728-ultimo-levantamento-da-safra-2023-2024-estima-producao-de-graos-em-298-41-milhoes-de-toneladas>. Acesso em: 14 mar. 2025.

DIEESE. **Análise da Cesta Básica: Anteriores.** Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/analiseCestaBasicaAnteriores.html>. Acesso em: 11 mar. 2025.

DIEESE. **Cesta básica: Preço do Produto.** Disponível em: <https://www.dieese.org.br/cesta/produto>. Acesso em: 12 mar. 2025.

DIEESE. **Análise da Cesta Básica - Dezembro 2021.** Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2021/202112cestabasica.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2025.

FAO; FIDA; OMS; PMA; UNICEF. **El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo 2022.** Roma: FAO, 2022. Disponível em: www.fao.org/documents/card/es/c/cc0639es. Acesso em: 13 mar. 2025.

FARIAS, S.; MOURA, M.; INÁCIO, M. **Feed safety water: behavioral analysis of two prices two items of the basic baskets.** ResearchGate, 29 jan. 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/308078499_FEED_SAFETY_WATER_BEHAVIORAL_ANALYSIS_OF_TWO_PRECOS_TWO_ITENS_OF_THE_BASIC_BASKETS. Acesso em: 13 mar. 2025.

FEIRA HOJE. **FSA: alimentação e vulnerabilidade.** Disponível em: <https://feirahoje.com.br/fsa-alimentacao-vulnerabilidade/>. Acesso em: 10 mar. 2025.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **Food losses and waste: in Latin America and the Caribbean. July 2014.** Disponível em: <http://goo.gl/Sa4z5e>. Acesso em: 14 mar. 2025.

GLOBO RURAL. **China suspende importação de carne de frango de unidade da BRF em MT.** **Globo Rural, 07 mar. 2022.** Disponível em: <https://globorural.globo.com/Noticias/Empresas-e-Negocios/noticia/2022/03/globo-rural-china-suspende-importacao-de-carne-de-frango-de-unidade-da-brf-em-mt.html>. Acesso em: 11 mar. 2025.

IPEA. **Nota de conjuntura - mercados e preços agropecuários. 2023.** Disponível em: https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2023/05/230503_nota_5_mercados_e_precos_agropecuarios.pdf. Acesso em: 12 mar. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Inflação.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>. Acesso em: 12 mar. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de Orçamentos Familiares**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9050-pesquisa-de-orcamentos-familiares.html>. Acesso em: 13 mar. 2025.

PROGRAMA CESTA BÁSICA/DCIS/UEFS. **Boletim – fevereiro, 2023**. Disponível em: <http://www.dcis.uefs.br/arquivos/File/ProjetoCestaBasicaBoletimFEV2023.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2025.

SRP. **Alerta na mesa: preço do tomate dispara em 2023**. Disponível em: <https://srp.com.br/artigo/alerta-na-mesa-preco-do-tomate-dispara-em-2023>. Acesso em: 14 mar. 2025.

TRIBUNA FEIRENSE. **Cerca de um terço dos feirenses enfrentam extrema pobreza**. Disponível em: <https://www.tribunafeirense.com.br/noticias/47199/cerca-de-um-terco-dos-feirenses-enfrentam-extrema-pobreza>. Acesso em: 15 mar. 2025.